

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Nome do candidato:

Número do documento de identidade:

Número de inscrição:

Sala:

Sequencial:

Concurso Público



Aplicação: 21/11/2006

Cargo 5: Consultor Legislativo

TARDE

Área de atuação: **Meio Ambiente**

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima. Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120, seguidos da prova discursiva.
- 2 Caso os dados pessoais constantes neste caderno não correspondam aos seus, ou, ainda, caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 O espaço para rascunho da prova discursiva é de uso opcional; não contará, portanto, para efeito de avaliação.
- 4 Nos itens das provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 5 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 8 A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo para a respectiva folha.
- 9 Na prova discursiva, não será avaliado texto escrito a lápis, texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação fora do local apropriado.
- 10 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I 24/1/2006, a partir das 17 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005.
- II 25 a 27/1/2006 – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- III 14/2/2006 – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial do Distrito Federal, Diário da Câmara Legislativa e Internet — www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005.
- IV 15 a 21/2/2006 – Recursos (prova discursiva): em locais e horários que serão informados na divulgação do resultado provisório.
- V 9/3/2006 – Resultado final da prova discursiva e convocação para a prova prática: locais mencionados no item III.
- VI 12/3/2006 – Realização da prova prática: em locais e horários que serão informados na respectiva convocação.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 24 do Edital n.º 1/2005 – CLDF, de 26/10/2005.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448 0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

UnBC **ESPE**
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

• De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

• As siglas seguintes, quando usadas, deverão ser interpretadas da forma indicada: DF = Distrito Federal; LODF = Lei Orgânica do Distrito Federal; CLDF = Câmara Legislativa do Distrito Federal; TJDF = Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios; STJ = Superior Tribunal de Justiça; STF = Supremo Tribunal Federal.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Nas formas de vida coletiva podem assinalar-se dois
princípios que se combatem e regulam diversamente as
4 atividades dos homens. Esses dois princípios encarnam-se
nos tipos do aventureiro e do trabalhador. Já nas sociedades
rudimentares manifestavam-se eles, segundo sua
7 predominância, na distinção fundamental entre os povos
caçadores ou coletores e os povos lavradores.

10 Existe uma ética do trabalho, como existe uma ética
da aventura. Assim, o indivíduo do tipo trabalhador só
atribuirá valor positivo às ações que sente ânimo de praticar
e, inversamente, terá por imorais e detestáveis as qualidades
13 próprias do aventureiro — audácia, imprevidência,
irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem — tudo,
enfim, quanto se relacione com a concepção espaçosa do
mundo, característica desse tipo. Por outro lado, as energias
16 e esforços que se dirigem a uma recompensa imediata são
enaltecidos pelos aventureiros; as energias que visam à
estabilidade, à paz, à segurança pessoal e os esforços sem
19 perspectiva de rápido proveito material passam, ao contrário,
por viciosos e desprezíveis para eles.

Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*, p. 44 (com adaptações).

Considerando os sentidos e as estruturas lingüísticas do texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 1 Na linha 18, a conjunção “e” tem a função de acrescentar um termo à enumeração que se inicia com “estabilidade”.
- 2 Embora elimine do texto a idéia de possibilidade, a supressão do auxiliar, na locução “podem assinalar-se” (ℓ.1), mantém a coerência textual e a correção gramatical, desde que seja feita a flexão no verbo principal: **assinalam-se**.
- 3 Na linha 2, subentende-se, pelo desenvolvimento do texto, que o pronome **se** precede a forma verbal “regulem”, assim como precede a forma “combatem”.
- 4 Alteram-se as relações de sentido entre os termos sujeito e predicado da oração, mas preservam-se a coerência e a correção gramatical do texto ao empregar-se o verbo **encarnar** (ℓ.3) em sua forma não-reflexiva, desde que seja retirada a preposição **em** que rege o termo “tipos” (ℓ.4).
- 5 Pelo desenvolvimento textual, infere-se que a palavra “Já” (ℓ.4) está empregada como conjunção de valor adversativo.
- 6 Na argumentação do segundo parágrafo, a palavra “ética” (ℓ.8), nas duas ocorrências, está sendo empregada no seu sentido original de apreciação da conduta humana sob a perspectiva de uma determinada sociedade ou grupo.
- 7 Na linha 16, a inserção de duas vírgulas demarcando a oração subordinada “que se dirigem a uma recompensa imediata” preservaria a correção gramatical, mas atribuiria, necessariamente, à oração um sentido restritivo; o que contrariaria a argumentação do texto.

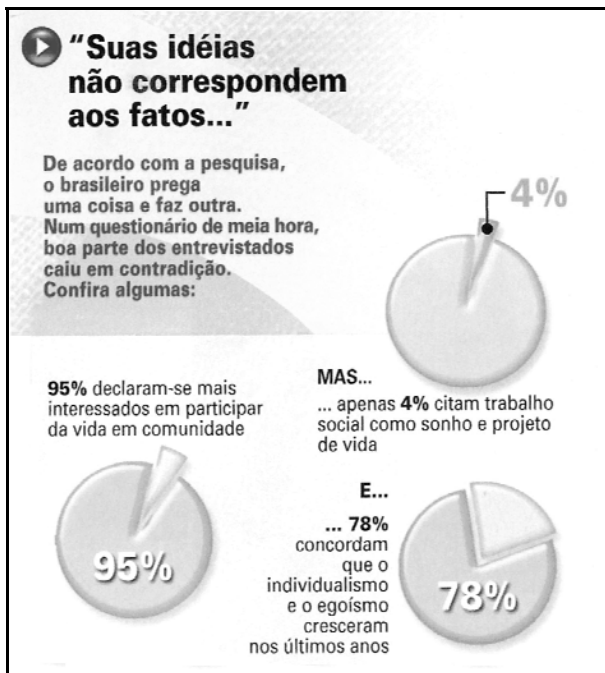
O umbigo nacional — pensando no coletivo, agindo no individual. Os brasileiros hoje.

1 O título, sintomático, batiza uma abrangente
pesquisa nacional que traz um diagnóstico não muito
positivo sobre o caráter e a personalidade do brasileiro. A
4 pesquisa identificou em que situações o tal jeitinho brasileiro
vem à tona. “Ele vive cada dia como se fosse único e, apesar
das convicções moralistas e politicamente corretas, acoberta
7 falhas dos amigos no trabalho.” Entre os aspectos abordados
— que vão da sexualidade à educação, passando por
cidadania e hábitos de consumo —, esse espírito
10 contraditório entre o *ser* e o *agir* parece ser o mais
expressivo.

Juliana Vilas e Marina Caruso. *Istoé*, “Capa”, 9/11/2005 (com adaptações).

Referentemente ao texto acima, julgue os itens subseqüentes.

- 8 O texto não poderia constituir parte de um relatório oficial visto que, nele, são desrespeitadas as normas de redação oficial quanto ao emprego de aspas e de pontuação, especificamente no que se refere ao uso de travessão acompanhado de vírgula (ℓ.9).
- 9 De acordo com a argumentação do texto, o diagnóstico “não muito positivo” (ℓ.2-3) justifica-se pela idéia, presente no título, de o brasileiro pensar no coletivo, mas agir no individual, bem como pela idéia do “espírito contraditório entre o *ser* e o *agir*” (ℓ.9-10).
- 10 Preservam-se a coerência da argumentação e o respeito às regras gramaticais ao se reescrever o trecho “em que situações o tal jeitinho” (ℓ.4) como **situações que o tal jeitinho**.
- 11 Ficam preservadas a correção gramatical e a coerência da argumentação do texto caso se substitua a forma verbal “acoberta” (ℓ.6) por um de seus possíveis sinônimos textuais, como, por exemplo, **corrige**.
- 12 Na linha 8, a expressão que sugere uma gradação, “vão da sexualidade à educação”, não é usada para estabelecer uma verdadeira gradação; ela constitui, apenas, recurso lingüístico para expressar uma enumeração.



Istoé, “capa”, 9/11/2005 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência, julgue os itens seguintes.

- 13 Se “trabalho social como sonho e projeto de vida” fosse a resposta não de 4%, mas de apenas 1% dos brasileiros, a forma verbal empregada na explicitação do gráfico (“citam”) deveria estar flexionada no singular para que as regras gramaticais fossem preservadas.
- 14 Um documento oficial que incluísse, como uma de suas partes, os dados dos gráficos acima representados respeitaria tanto a coerência das informações quanto as normas de redação oficial desde que assim fosse redigido: De acordo com a pesquisa, o brasileiro caiu em contradição ao, 95%, declararem-se mais interessados em participar da vida comunitária, ao passo que menos de 5% tem o trabalho social como projeto de vida. Desses 78% consideram que o individualismo cresceu nos últimos anos.
- 15 O emprego da forma singular do verbo, em “boa parte dos entrevistados caiu em contradição”, atende às regras gramaticais porque reflete a concordância ideológica permitida pela identificação entre “entrevistados” e “brasileiro”.

1 A condição de viajante do mundo globalizado é sentida por quem busca uma compreensão profunda de sua história, sua cultura e sua identidade. Em consequência das

4 diferenças raciais, econômicas, regionais e econômico-sociais, o brasileiro facilmente se sente um estrangeiro diante dos seus compatriotas, apesar dos laços de língua e de

7 reconhecimento mútuo que os unem. Ainda existem barreiras culturais, dificilmente superáveis, que desafiam as noções ideológicas de identidade e semelhança.

Karl Erik Scholhammer. *O olhar antropológico – ou o fim do exótico*, p. 273 (com adaptações).

Considerando as idéias e as estruturas lingüísticas do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 16 Depreende-se da argumentação do texto que as “noções ideológicas de identidade” (l.8-9) estão vinculadas à cultura e à história.
- 17 É coerente com a argumentação do texto e gramaticalmente correta a seguinte paráfrase do primeiro período sintático: Quem busca uma compreensão profunda de sua história, de sua cultura e de sua identidade sente-se na condição de viajante do mundo globalizado.
- 18 Apesar de o pronome possessivo “sua”, nas três ocorrências às linhas 2 e 3, gramaticalmente poder ser associado tanto a “viajante do mundo globalizado” (l.1) quanto apenas a “mundo globalizado” (l.1), o desenvolvimento do texto mostra que a associação correta a ser estabelecida é com a segunda alternativa.
- 19 Se a expressão “dos seus compatriotas” (l.6) fosse empregada no singular, a coerência do texto seria preservada; mas, para que fosse respeitada a correção gramatical, seria necessário empregar, também, no singular, o pronome “os” (l.7).
- 20 Pelo valor semântico que a oração iniciada por “Ainda existem” (l.7) tem na argumentação do texto, iniciá-la por uma conjunção como **Embora** preservaria a coerência e a correção gramatical do texto.

Acerca da participação do governador do DF no processo legislativo, julgue os itens a seguir.

- 21** Os únicos tipos de proposição legislativa que são submetidos à sanção do governador do DF são os projetos de lei distrital ordinária e os projetos de lei distrital complementar.
- 22** O governador do DF pode editar medidas provisórias distritais, em caso de urgência e relevância, observadas as limitações materiais definidas na LODF.

Acerca da CLDF e dos deputados distritais, julgue os itens seguintes.

- 23** É permitido a deputados distritais o exercício de cargo de secretário de governo na administração do DF.
- 24** A presidência da CLDF deve ser exercida pelo deputado distrital que obteve, individualmente, o maior número de votos na eleição em que conquistou seu mandato.
- 25** Salvo disposição expressa em contrário, seja da Constituição Federal, seja da LODF, as deliberações da CLDF são tomadas por maioria simples.
- 26** Nas sessões ordinárias da CLDF, o pequeno expediente deve anteceder o tempo destinado à ordem do dia.
- 27** A Comissão de Constituição e Justiça da CLDF é composta por vinte membros efetivos e cinco suplentes.
- 28** As decisões do colégio de líderes são tomadas pela maioria absoluta dos membros que o compõem.

Considerando que Gustavo seja membro da CLDF e exerça a função de terceiro-secretário, julgue os próximos itens.

- 29** Se Gustavo mudar de partido, ele perderá seu cargo na Mesa Diretora, salvo se o seu novo partido for do mesmo bloco parlamentar do anterior.
- 30** Gustavo pode ser preso, em flagrante delito, pela prática de crime de tortura.

Julgue os itens que se seguem, com referência à Constituição Federal e aos direitos e garantias fundamentais.

- 31** Um dos mais relevantes direitos fundamentais assegurados pela Constituição da República é o da liberdade de locomoção, cuja proteção se faz, entre outros instrumentos, por meio do *habeas corpus*. Este pode ser impetrado por qualquer cidadão, mesmo que não seja advogado, pode ter caráter preventivo, isto é, pode servir para evitar lesão futura à liberdade de locomoção, e pode, ainda, atacar atos judiciais ilegais, até mesmo depois de transitarem em julgado.
- 32** Adotando-se a nomenclatura utilizada por Alexandre de Moraes, é correto afirmar que a Constituição brasileira é escrita quanto à forma, dogmática quanto ao modo de elaboração, promulgada quanto à origem, rígida quanto à estabilidade e analítica quanto à extensão.

No que respeita à organização do Estado e ao Poder Legislativo, julgue os itens a seguir.

- 33** As comissões parlamentares de inquérito (CPI), constituídas no Poder Legislativo, têm poderes de investigação análogos aos das autoridades judiciárias, mas, em relação à prisão, só podem decretá-la no caso de flagrante delito. Essas comissões podem, por outro lado, decretar medidas como a interceptação das comunicações telefônicas e buscas e apreensões; entretanto, para que essas medidas sejam válidas, esses atos devem ser fundamentados pelos componentes da CPI.
- 34** Não obstante o princípio federativo, o tratamento dos membros do Poder Legislativo, nas três esferas do poder político, não é rigorosamente análogo, de modo que eles não possuem as mesmas imunidades do ponto de vista formal e material.

Julgue os itens a seguir, no que se refere à tributação e às finanças públicas.

- 35** Devido à necessidade da lei orçamentária para o funcionamento da administração pública, o projeto dessa lei não pode ser vetado pelo presidente da República, a não ser nos casos de veto parcial, por inconstitucionalidade expressa.
- 36** A contribuição de melhoria é espécie de tributo que pode incidir quando, em razão de obra pública, houver valorização de imóvel particular; sua base de cálculo não deverá ser o valor integral do imóvel, mas a valorização que ele sofrer.
- 37** O princípio da anterioridade tributária significa que nenhum tributo pode ser instituído ou majorado no mesmo exercício em que venha a ser cobrado pelo fisco; a razão desse princípio deriva da necessidade de que as receitas tributárias decorrentes dessa cobrança estejam previstas na lei orçamentária, a fim de se ordenarem a receita e a despesa do poder público.

No que diz respeito à LODF e à organização do DF, julgue os itens seguintes.

- 38** O governador do DF está sujeito a processo por crime de responsabilidade perante a CLDF, o qual pode ser instaurado por iniciativa de qualquer cidadão, partido político, associação ou entidade sindical; em se tratando de processo por delito comum, o governador deverá ser afastado do exercício das funções de seu cargo se a denúncia ofertada pelo Ministério Público for recebida pelo STJ, mas, caso o julgamento da acusação não ocorra no prazo de 180 dias, o afastamento cessará.
- 39** Nos termos expressos da LODF, constituem objetivos prioritários do DF construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- 40** Considere a seguinte situação hipotética.
Um cidadão era servidor público do DF e já preenchia as condições para obter aposentadoria. Veio a ser nomeado para exercer o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do DF e efetivamente entrou em exercício no órgão. Pouco mais de um ano após a posse e o exercício nas funções do cargo, requereu aposentadoria.
Nessa situação, considerando-se o direito adquirido do interessado, ele poderia ser aposentado com as vantagens e direitos do cargo de conselheiro.

Julgue os itens que se seguem, quanto aos atos administrativos, ao controle da administração pública, aos contratos administrativos e aos agentes administrativos.

- 41** Em face da exigência constitucional de concurso público para o preenchimento de cargos e empregos públicos — ressalvado, apenas, o exercício de funções de confiança —, não é juridicamente admissível a utilização de processos seletivos simplificados para o acesso de particulares ao serviço público.
- 42** O desaparecimento do ato administrativo não ocorre apenas por anulação e revogação, mas igualmente por outras causas, como o cumprimento de seu objeto e outras hipóteses de retirada do ato, a exemplo da caducidade e da cassação; esta última consiste na situação que ocorre quando o interessado deixa de cumprir condição necessária à permanência do ato.
- 43** Os recursos administrativos não admitem efeito suspensivo.
- 44** Por força das normas financeiras aplicáveis ao poder público, não é permitida a celebração de contrato administrativo cuja duração exceda a do exercício financeiro, até porque os créditos orçamentários não podem suplantar a duração do ano civil.

Acerca dos poderes da administração, dos princípios básicos da administração e dos serviços públicos, julgue os itens abaixo.

- 45** Nos serviços públicos, a titularidade do serviço não precisa ter identidade com a titularidade da prestação do serviço, razão pela qual é juridicamente possível que esta se encontre a cargo de entes que não integrem a estrutura orgânica do Estado.
- 46** Ainda que a comissão responsável por um processo administrativo disciplinar recomende a demissão de um servidor, por ter sido constatado o cometimento de falta grave, a autoridade competente pode deixar de aplicar essa pena, com base em avaliação discricionária do caso concreto.
- 47** Com a nova ordem constitucional, pacificou-se na doutrina que, por força do princípio da responsabilidade do Estado, este poderá ser condenado a indenizar o dano a que seus agentes derem causa, tanto por ação quanto por omissão, independentemente de dolo ou culpa.

Julgue os itens a seguir, em relação à Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 8.666/1993), à Lei n.º 8.112/1990, da União, na forma consolidada pelo Decreto Legislativo n.º 1.094/2004, e à Lei de Permissões e Concessões.

- 48** De acordo com a legislação em vigor, a licitação a realizar-se para a outorga da concessão de serviço público deve, necessariamente, ocorrer na modalidade de concorrência.
- 49** São requisitos indispensáveis para a instauração válida de qualquer licitação: existência de projeto básico que guie a execução do objeto do futuro contrato; exigência de recursos orçamentários que assegurem o pagamento do contratado; e registro da compatibilidade entre o objeto da licitação e o plano plurianual.
- 50** Nos termos do Decreto Legislativo n.º 1.094/2004, que consolidou a aplicação, no DF, da Lei n.º 8.112/1990, da União, um servidor que se recuse a submeter-se a inspeção médica determinada pela autoridade competente estará sujeito à pena de suspensão de até 15 dias; se, contudo, durante o cumprimento da penalidade, ele aceitar realizar a inspeção, a suspensão deverá ter seus efeitos interrompidos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com relação ao direito ambiental e à legislação do meio ambiente, julgue os itens a seguir.

- 51** É adequado que um advogado, na defesa de um cliente em causa relacionada à proteção da vegetação nativa em área urbana, fundamente no Código Florestal (Lei Federal n.º 4.771/1965), visto que esse instrumento legal tem regras que se aplicam tanto às áreas rurais quanto às urbanas.
- 52** Como a competência legislativa em matéria ambiental é concorrente, as unidades da Federação têm liberdade para criar regras de controle da poluição que sejam menos restritivas que as normas federais.

Acerca de aspectos relacionados a energia e meio ambiente, julgue o item seguinte.

- 53** Sabendo-se que cerca de 90% da energia elétrica brasileira são de origem hidrelétrica e que ainda não foram explorados nem 30% do total do potencial hidrelétrico estimado para o país, é correto afirmar que, ao contrário de outros países cuja matriz energética está embasada na queima de combustíveis fósseis ou na energia nuclear, não há, no Brasil, necessidade premente de se buscarem fontes alternativas de geração de eletricidade, visto, ainda, que a hidreletricidade, por ser fonte limpa, causa poucos impactos sociais e ambientais.

O Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM-MG) determinou a suspensão das atividades de uma indústria, depois que seu reservatório de resíduos químicos gerados na produção da celulose se rompeu provocando desastre ambiental de grandes proporções. Milhões de litros de rejeitos químicos atingiram as bacias dos rios Pomba e Paraíba do Sul, fato que provocou a suspensão do abastecimento de água em cidades do estado do Rio de Janeiro.

Internet: <<http://www.estadao.com.br>>. Acesso em 1.º/3/2003 (com adaptações).

Com relação à situação acima descrita, julgue os próximos itens.

- 54** Embora tenha a sede localizada em Minas Gerais, a indústria pode ser multada pelo órgão ambiental estadual do Rio de Janeiro, estado onde as conseqüências ambientais também foram sentidas.
- 55** O acidente descrito é tipificado como crime ambiental, mas a referida indústria só poderá ser condenada penalmente caso seja identificada uma conduta dolosa ou culposa de algum de seus dirigentes.
- 56** A indústria pode ser condenada a recuperar o dano causado e, concomitantemente, ser obrigada a indenizar os prejuízos difusos sofridos pela coletividade.

Determinada planta industrial, instalada à beira de um rio que divide dois estados da Federação, necessita utilizar quantidade significativa de água como insumo não só em seu processo produtivo, como também para diluir os efluentes dele derivados.

A respeito dessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 57** Caso venha a captar água do rio, a indústria deve solicitar outorga do direito de uso da água aos órgãos competentes dos dois estados e, na hipótese de um deles negar-lhe o pedido, ela não poderá utilizar o recurso hídrico.
- 58** Caso a água utilizada no processo produtivo seja oriunda de poços artesianos, e os efluentes sejam lançados no rio após tratamento prévio, a indústria necessita de outorga de direito de uso da água apenas para a diluição dos efluentes, pois a competência para legislar sobre recursos hídricos do subsolo é da União.

Considerando aspectos relacionados ao impacto ambiental das políticas públicas e ao zoneamento ecológico-econômico, julgue o item subsequente.

- 59** Enquanto o zoneamento urbano tem caráter prescritivo e normativo, estando voltado tanto para o setor particular quanto para o poder público, o zoneamento ecológico-econômico tem, sobretudo, caráter indicativo e orientador, sendo voltado para o agente administrativo, pois visa a instrumentalizar o planejamento territorial e vincular decisões administrativas sobre o uso de recursos naturais.

Considere por hipótese que o GDF conceda a uma empresa o direito de explorar uma jazida de fosfato situada na zona rural de Brazlândia e também conceda à mesma empresa licença ambiental para a instalação de uma fábrica de defensivos e fertilizantes químicos, em zona industrial prevista no Plano Diretor Local de Sobradinho. A empresa pretende utilizar, como parte de seu insumo produtivo, a matéria-prima oriunda da exploração mineral. Em face dessas considerações, julgue os itens seguintes.

- 60** Na situação considerada, o GDF não poderia ter autorizado a instalação da fábrica, visto que a atividade nela desenvolvida é vedada pela LODF, mas não haveria impedimento legal se tivesse autorizado a instalação pela empresa de um centro de distribuição de produtos acabados.
- 61** O GDF estaria agindo dentro de sua competência ao conceder o direito de explorar a jazida de fosfato à empresa, desde que essa atividade econômica estivesse prevista no Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF e não houvesse restrições ambientais a essa atividade na zona rural de Brazlândia.

Julgue os itens seguintes.

- 62** Até 1999, as pilhas comuns produzidas no Brasil podiam ser descartadas junto com o lixo doméstico e representavam, portanto, grave ameaça ao meio ambiente e à saúde pública. Em 1999, o CONAMA editou resolução que proíbe o descarte dessas pilhas no lixo doméstico e obriga os estabelecimentos que as comercializam a receberem-nas dos usuários para repasse aos fabricantes ou importadores, para que estes, diretamente ou por meio de terceiros, façam a disposição final adequada sob o ponto de vista ambiental.
- 63** Sabe-se que a pressão do consumidor por produtos ecologicamente corretos é estímulo poderoso em favor da exploração social e ambientalmente sustentável dos recursos naturais. Uma forma de atender a essa demanda é a certificação. No setor florestal, um dos principais certificados é o fornecido pelo Conselho de Manejo Florestal ou *Forest Stewardship Council* (FSC). O FSC, por meio de instituições brasileiras, certifica o manejo de florestas plantadas e naturais, de propriedade de empresas ou de organizações comunitárias. Os processadores de produtos florestais (serrarias, marcenarias etc.) também podem certificar seus produtos, mediante processo de certificação da cadeia de custódia, que assegura a utilização de matéria-prima florestal certificada.

Estudos da organização não-governamental Conservação Internacional indicam que o Cerrado, mantida a taxa atual de desmatamento, deve desaparecer até 2030. Dos 204 milhões de hectares originais, 57% já foram completamente destruídos, e a metade das áreas remanescentes estão muito alteradas, condições que poderão inviabilizar sua destinação para a conservação da biodiversidade. A taxa anual de desmatamento no bioma é alarmante, chegando a 1,5%, ou 3 milhões de hectares/ano. Acerca desse tema, julgue os próximos itens.

- 64** Um dos maiores desafios para a conservação do solo em áreas de Cerrado é conter a erosão decorrente do desmatamento e do intemperismo. Por exemplo, nas nascentes do rio Araguaia, onde foi grande a expansão da fronteira agrícola, em especial com a pecuária e o plantio da soja, e onde os solos são predominantemente arenosos, é elevada a frequência de processos erosivos lineares, sobretudo voçorocas.
- 65** As principais pressões sobre o Cerrado são a expansão da fronteira agrícola, as queimadas e o crescimento não-planejado das áreas urbanas. A degradação é maior nos estados de Mato Grosso do Sul e de Goiás e em regiões como o Triângulo Mineiro e o oeste da Bahia. No estado do Mato Grosso, a cobertura vegetal ainda se encontra bem preservada. Consciente da gravidade do problema, o Ministério do Meio Ambiente elaborou o Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado – Programa Cerrado Sustentável.

Acerca do desmatamento na Amazônia, julgue o item seguinte.

- 66** No período de 1998 a 2005, a taxa de desmatamento da floresta amazônica, apesar de ter apresentado momentos de estabilidade, verificou aumentos sucessivos, atingindo patamares alarmantes. Consciente da gravidade do problema, o governo federal elaborou o Plano Nacional de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia. No contexto do Plano, foram realizadas várias ações de fiscalização e de combate à corrupção no IBAMA, e foram criadas novas unidades de conservação. Apesar desse esforço, entretanto, os dados de 2005 indicam que a taxa de desmatamento continua acima de 25 mil quilômetros quadrados.

A respeito do licenciamento ambiental, julgue os itens que se seguem.

- 67** No processo de licitação de novos empreendimentos destinados à geração de energia elétrica, atualmente, podem ser licitados empreendimentos que ainda não disponham de licença prévia. Porém, está em andamento no Congresso Nacional projeto de lei que prevê que apenas empreendimentos que já disponham de licença ambiental possam ser licitados, procurando evitar pressões em favor do licenciamento, inclusive no caso de empreendimentos ambientalmente inviáveis.
- 68** Em princípio, o licenciamento ambiental envolve a concessão de três licenças: a licença prévia, concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou da atividade, relativamente a localização e concepção, a viabilidade ambiental do projeto e ao estabelecimento dos requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas fases subsequentes de sua implementação; a licença de instalação, por meio da qual é autorizada a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes nos planos, programas e projetos aprovados; e a licença de operação, pela qual é autorizada a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta nas licenças anteriores.

A formulação de políticas públicas relacionadas ao meio ambiente requer a escolha ou a criação de indicadores capazes de definir, monitorar e avaliar metas estabelecidas com foco na sustentabilidade ambiental. Diversos paradigmas têm sido empregados para classificar indicadores de sustentabilidade. Entre eles, merece destaque o paradigma que estabelece categorias de indicadores de acordo com sua posição na cadeia de causalidade. Nesse caso, os indicadores podem ser classificados em três grupos: de pressão, de estado e de resposta. Acerca desse assunto, julgue os itens subseqüentes.

- 69** Considerando-se a situação em que um grupo de técnicos esteja se dedicando à formulação de projeto destinado a estabelecer mecanismos para garantir a sustentabilidade dos recursos hídricos de determinada região, então o indicador relacionado com o acompanhamento da concentração de determinado poluente na água poderia ser considerado indicador de estado; indicadores relativos à mensuração das emissões de poluentes poderiam ser considerados indicadores de pressão; e indicadores que medissem os efeitos das políticas públicas relacionadas ao controle de emissões e à despoluição de corpos de água poderiam ser indicadores de resposta.
- 70** Qualquer tipo de dado estatístico é um indicador de sustentabilidade ambiental.
- 71** O paradigma destacado no texto procura descrever as relações de causa e efeito observadas nos processos ligados à sustentabilidade ambiental. Com base nessas relações, informações estatísticas referentes aos três grupos de indicadores são utilizadas, principalmente, nas etapas de planejamento e avaliação de políticas públicas.

Do que diz respeito à exploração madeireira, julgue o próximo item.

- 72** O Brasil é o segundo maior produtor de madeira tropical do mundo, superado apenas pela Indonésia. O estado do Pará é o maior produtor brasileiro de madeira, seguido dos estados do Mato Grosso e de Rondônia. O beneficiamento desse produto ocorre ao longo dos principais eixos de transporte da Amazônia, com destaque para a BR-163 (Cuiabá-Santarém). Nos últimos anos, houve deslocamento da produção madeireira do leste para o oeste do Pará e do centro-norte para o noroeste do Mato Grosso. Houve, ainda, mudança no mercado de madeira processada, com aumento expressivo no volume destinado à exportação. Ainda assim, a maior parte da madeira continua sendo consumida no mercado interno, sobretudo nos estados do sul e do sudeste do país, com destaque para o estado de São Paulo.

A partir do Código Florestal (Lei n.º 4.771/1965) e da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), julgue os itens a seguir, referentes a medidas de proteção e controle ambiental.

- 73** A Lei do SNUC estabelece duas categorias de unidades de conservação: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável. O objetivo das unidades de proteção integral é preservar a natureza. Quando se cria uma unidade de conservação, ela abarca, comumente, propriedades privadas. Como a preservação de uma área é incompatível com o uso direto dos recursos naturais existentes na mesma área, o proprietário de um imóvel rural localizado em uma unidade de proteção integral fica impedido de fazer uso econômico da sua propriedade e, nesse caso, tem o direito de ser indenizado. As terras das unidades de proteção integral devem, portanto, ser de domínio público, e as propriedades privadas localizadas no seu interior devem ser desapropriadas.
- 74** De acordo com o Código Florestal, o proprietário de um imóvel rural é obrigado a manter parte da propriedade com vegetação nativa. Essa área é denominada reserva legal. A extensão da reserva legal varia de 20% a 80% da área da propriedade, conforme a região ou o bioma onde ela está localizada. Nas propriedades que não têm vegetação nativa em extensão suficiente para atender ao disposto na lei, o proprietário está, em princípio, obrigado a recompor a reserva legal. A recomposição tem, não raramente, custo elevado e, em muitos casos, significaria retirar do processo produtivo agropecuário áreas exploradas adequadamente e com elevados índices de produtividade. Todavia, o código hoje oferece ao proprietário rural a possibilidade de compensar a falta de reserva legal de sua propriedade por meio de arrendamento em outras propriedades, de florestas excedentes — ou seja, além do mínimo exigido pela lei a título de reserva legal —, desde que a floresta arrendada esteja localizada no mesmo ecossistema da propriedade carente de vegetação nativa. Isso significa, por exemplo, que um produtor no estado de Goiás, onde o cerrado já foi mais intensamente destruído, pode resolver seu passivo ambiental arrendando florestas excedentes de um proprietário do vizinho Tocantins, onde o cerrado está mais bem conservado. Cria-se, assim, estímulo à conservação de manchas de vegetação nativa a um custo social e econômico menor.
- 75** A Lei do SNUC afirma a importância da participação efetiva das populações locais na criação, na implantação e na gestão das unidades de conservação. Para assegurar essa participação, essa lei estabelece dois mecanismos fundamentais: a consulta pública e a criação do conselho de gestão. Dispõe a Lei do SNUC que o poder público, para criar uma unidade de conservação, deve antes, em qualquer caso, consultar a população local. Estabelece ainda a referida lei que as unidades de conservação devem dispor de um conselho gestor, com representação da população local.

Ainda com referência a medidas de proteção e controle ambiental, julgue os itens a seguir.

- 76** O Brasil chegou ao final de 2004 com 50% do território nacional reconhecido internacionalmente como livre da febre aftosa em virtude das campanhas de vacinação. O número de focos de febre aftosa no País caiu de mais de dois mil em 1994, para zero, em 2002 e 2003. Em 2004, foram registrados cinco focos, no Pará e no Amazonas. Em 2005, foram novamente registrados apenas cinco focos, no Mato Grosso, resultado que confirma a eficácia do trabalho de controle da febre aftosa no País.
- 77** A Amazônia brasileira continua sendo desmatada em ritmo acelerado. Terras públicas continuam sendo ocupadas ilegalmente por madeireiros, pecuaristas e agricultores. Entre as medidas adotadas pelo governo federal e, em alguns casos, pelos governos estaduais para conter o desmatamento, destaca-se a criação de novas unidades de conservação. Estas, segundo pesquisas recentes, representam, em geral, uma barreira efetiva ao desmatamento, a despeito da falta de recursos humanos e financeiros para gestão e proteção adequadas.
- 78** O Congresso aprovou e o presidente da República sancionou, em março de 2005, a nova Lei de Biossegurança. A aprovação dessa lei encerrou longa controvérsia e disputa sobre os poderes da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), para decidir sobre a produção e a comercialização de organismos geneticamente modificados (OGM) e seus derivados no país. A decisão técnica da CTNBio, quanto aos aspectos de biossegurança do OGM e seus derivados, vincula os demais órgãos e entidades da administração. Em caso de manifestação favorável da CTNBio, ao IBAMA cabe apenas autorizar, registrar e fiscalizar a liberação, nos ecossistemas naturais, de produtos e atividades que envolvam OGM e seus derivados. O licenciamento ambiental só é exigível nos casos em que a CTNBio deliberar que o OGM é potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente. A decisão da CTNBio só pode ser reformada pelo Conselho Nacional de Biossegurança, em caso de avocação ou recurso.
- 79** A legislação federal brasileira proíbe expressamente a caça profissional. Admite, entretanto, a possibilidade da caça amadorística, desde que conduzida com base em critérios científicos. Além disso, a lei dispõe que o órgão público federal competente publique e atualize anualmente a relação das espécies passíveis de caça, indicando as áreas, os dias e a quota diária de exemplares que será possível caçar. Na prática, porém, como os estudos técnicos que poderiam dar suporte à atividade nunca foram realizados, a caça amadorista ainda não é realidade no país.

O proprietário rural está obrigado a manter, na sua propriedade, as áreas de preservação permanente e a área de reserva legal. Nas propriedades localizadas em regiões de relevo muito acentuado e cortadas por cursos d'água, as áreas de preservação tendem a ocupar grande extensão da propriedade. Nessas condições, a extensão da área ocupada pelas áreas de preservação permanente, somadas à área da reserva legal, pode inviabilizar economicamente o uso agrícola da propriedade, sendo esse problema particularmente grave no caso das pequenas propriedades. No caso das pequenas propriedades localizadas fora da Amazônia Legal, o Código Florestal (com as modificações introduzidas pela Medida Provisória n.º 2.166-67/2001) permite que áreas de preservação permanente possam ser incluídas na área da reserva legal quando a soma das duas é superior a 25% da propriedade.

Com base nas disposições legais acima descritas, julgue o item abaixo.

- 80** Considere a seguinte situação hipotética.
Em uma propriedade de 20 ha, 8 ha são de vegetação nativa, dos quais 4 ha correspondem a áreas de preservação permanente e outros 4 ha correspondem à reserva legal. Nessa situação, o Código Florestal, atualmente, autoriza o proprietário desse imóvel rural a desmatar 3 ha dos 4 ha da sua reserva legal e a manter com vegetação nativa apenas 5 ha da propriedade.

Desde que o primeiro tomate geneticamente modificado foi colocado no mercado, nos Estados Unidos da América, em 1994, dezenas de produtos alimentares foram alterados objetivando-se aumentar sua produtividade e seu valor comercial, e melhorar o valor nutricional ou criar resistência a pragas e doenças ou a herbicidas. A despeito dos benefícios potenciais ou reais dos novos produtos, os organismos geneticamente modificados (OGM) suscitam questionamentos éticos, ambientais, sociais e de saúde. É possível, por exemplo, que a capacidade de tolerância a herbicidas seja transferida dos cultivos geneticamente modificados para espécies silvestres? É possível que as plantas geneticamente modificadas para repelir pragas causem danos a insetos benéficos? A maior competitividade dos OGM poderia causar danos a ecossistemas com alta diversidade biológica?

Acerca dos temas abordados no texto acima, julgue o item seguinte.

- 81** No contexto da Convenção sobre Diversidade Biológica, o enfrentamento das questões formuladas no texto culminou com a aprovação, em 2000, do protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, que estabelece sistema de regras exaustivo para assegurar a transferência, o manejo e a utilização segura de organismos geneticamente modificados sujeitos a movimentos transfronteiriços. O protocolo se ocupa primordialmente de OGM que se pretende introduzir diretamente no meio ambiente (como sementes, árvores, peixes), de produtos agrícolas modificados geneticamente (como a soja, o milho e outros cereais utilizados para alimentação humana ou animal ou para processamento), de OGM da indústria farmacêutica destinados aos seres humanos e de produtos derivados de OGM (como azeite de cozinha de milho).

O governo federal anunciou, no início de 2003, a intenção de fazer o asfaltamento da BR-163, a chamada Cuiabá-Santarém, no trecho que corta o estado do Pará. O anúncio preocupou seriamente a área ambiental. Para responder a essas preocupações, o governo desencadeou o processo de elaboração do Plano para Desenvolvimento Regional Sustentável para a área de influência da rodovia BR-163.

Tomando o texto acima como referência inicial, julgue os itens subseqüentes.

- 82** Exemplos históricos, como a construção da BR-364, mostram que a abertura ou o asfaltamento de uma estrada na Amazônia, sem a adoção de medidas efetivas de controle, promove a ocupação desordenada do solo e a destruição da floresta. Nesse caso, o padrão de ocupação se repete e faz lembrar a espinha de um peixe, com diversas pequenas estradas perpendiculares à estrada principal. Desse modo, amplia-se consideravelmente o impacto ambiental causado pela rodovia.
- 83** A principal medida proposta no Plano para o Desenvolvimento Regional Sustentável para a área de influência da rodovia BR-163 é a criação de túneis sob o leito carroçável, para a passagem de animais silvestres.

A ciência e a comunidade científica integraram-se à discussão sobre sustentabilidade de duas maneiras: cientistas tornaram-se parte integrante do processo de tomada de decisão em políticas públicas, identificando riscos, avaliando impactos ambientais e implementando medidas destinadas a mitigar esses impactos; e tomadores de decisão passaram a se apropriar de resultados das pesquisas científicas para defender interesses políticos e econômicos, muitas vezes contraditórios. Entretanto, a importância da ciência e o papel da comunidade científica na governança ambiental têm sido escrutinados por diversos autores. O modelo que atribui valor neutro à informação científica oferecida por cientistas neutros, argumentam esses críticos, é um modelo ultrapassado para a tomada de decisão ambiental.

L. Elliot. *The global politics of the environment*. Londres: Macmillan Press, p. 120-23 (com adaptações).

Quanto aos temas abordados no texto, julgue o item a seguir.

- 84** A discussão sobre a validade das evidências relacionadas às mudanças climáticas pôs os cientistas no centro do debate e os resultados por eles produzidos tornaram-se fundamento tanto para formuladores de políticas públicas, durante a elaboração de programas voltados para a redução de gastos energéticos em diversos países, como para seus críticos. De modo geral, conclui-se que, cada vez mais, conhecimentos científicos são usados para fundamentar a elaboração de políticas públicas, mas o rigor com que os argumentos embasados nesses conhecimentos são usados em discussões ambientais tem aumentado.

A meta 9 dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio trata da integração de princípios de desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e da reversão da perda de recursos naturais. Acerca de temas incluídos nessa meta, julgue os itens seguintes.

- 85** A emissão de gases de efeito estufa na agropecuária está relacionada, principalmente, ao uso de derivados de petróleo. A criação de gado, a produção e o uso de fertilizantes e a queima de biomassa tem contribuição desprezível para a emissão desses gases.
- 86** Um dos indicadores de progresso em relação ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio mede a intensidade no uso da energia e é calculado como um quociente em que o numerador corresponde ao total de energia proveniente de todas as fontes gastas pelo país, representada como o equivalente em toneladas de petróleo, e o denominador corresponde ao Produto Interno Bruto. Em relação a esse indicador, é correto afirmar que, no Brasil, a intensidade energética vem caindo significativamente devido ao uso cada vez maior de fontes renováveis de energia.
- 87** O Brasil tem cumprido suas obrigações relativas à eliminação de gases destruidores da camada de ozônio, como os CFC. No caso específico desses poluentes, os resultados obtidos foram possíveis devido a alterações em processos industriais, por exemplo, relacionados com refrigeração.

Acerca dos recursos hídricos, julgue os itens que se seguem.

- 88** Considere-se que um cidadão decida construir um reservatório para conter águas pluviais e delas fazer uso, na certeza de que essa é uma forma de racionalizar sua utilização. Nessas condições, e sendo a água um bem público, é necessário que esse cidadão requeira a outorga do direito de uso da água.
- 89** A demanda excessiva e a poluição de recursos hídricos nas diversas bacias do DF têm sua origem em fatores diferentes. Com efeito, a pressão sobre os recursos hídricos, em virtude da expansão de núcleos urbanos consolidados, da criação de novos núcleos urbanos e da industrialização, é maior nas bacias dos rios Descoberto e São Bartolomeu. Nesta última, são mais fortes as influências de condomínios residenciais. A pressão da agricultura irrigada é maior na bacia do Rio Preto. Comparada às demais, a bacia do rio Maranhão é a que tem sofrido menor pressão antrópica até o momento.
- 90** A dominialidade pública da água, bem de uso comum do povo, reafirmada na Lei Federal n.º 9.433/1997 e na Lei Distrital n.º 2.725/2001, transforma os poderes públicos federal e do DF em proprietários da água. Esse princípio é o fundamento dos instrumentos da outorga e da cobrança pelo uso da água, utilizados pelo gestor público para promover leilões e arrecadar recursos financeiros provenientes do uso da água.

No âmbito da legislação ambiental do DF, foi editada, em 14/12/1999, a Lei Complementar n.º 265, que dispõe sobre a criação de parques ecológicos e de uso múltiplo no DF. A respeito desse texto legal, julgue os itens seguintes.

- 91** Considere-se que um grupo de estudantes universitários pretenda promover a revegetação do parque ecológico Ezechias Heringer, localizado no Guará, utilizando espécies nativas e exóticas. Nessa situação, como se trata de um parque ecológico, espécies exóticas podem ser utilizadas apenas para promover a recuperação de áreas degradadas.
- 92** De acordo com a mencionada lei complementar, será constituído um conselho gestor, composto paritariamente por representantes do poder público, da comunidade científica e da sociedade civil, para cada um dos parques ecológicos e de uso múltiplo.

Desenvolvimento sustentável é hoje tema fundamental para o debate econômico. Em relação a esse assunto, julgue os próximos itens.

- 93** Na concepção conhecida como sustentabilidade forte, o capital construído e o capital natural são considerados complementares. O sistema econômico é visto como parte de um sistema maior, que impõe restrições à expansão desses capitais. Nesse contexto, o papel da tecnologia é aumentar a eficiência no uso dos recursos naturais.
- 94** Por ser campo pluralista transdisciplinar, a economia ecológica mostra-se heterogênea em seu propósito, o que não impede que alguns aspectos sejam considerados elementos unificadores, tais como a necessidade de compreensão dos fluxos e balanços materiais e energéticos, e a determinação da sustentabilidade da interação entre economia e ecologia.
- 95** Nos últimos anos, as corporações passaram não apenas a incorporar a visão dos *stakeholders* às suas estratégias de desenvolvimento sustentável como também a responder as cobranças relativas à transparência, à distribuição de benefícios sociais e à conduta ambientalmente correta. Entre os *stakeholders*, incluem-se os membros da cadeia produtiva, os consumidores, a sociedade em geral e mesmo as vítimas, reais ou potenciais, da poluição ambiental eventualmente produzida por essas corporações.

A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) foi estabelecida desde o início da década de 80, com a Lei Federal n.º 6.938/1981, e a Política Ambiental do Distrito Federal é regulada pela Lei Distrital n.º 41/1989. Com base nesses textos legais, julgue o item a seguir.

- 96** Ao exigir o depósito prévio de caução, no caso de utilização de recursos naturais como cascalheiras, areias, pedreiras e calcário, com o objetivo de garantir a recuperação das áreas exploradas, a lei distrital coloca-se na vanguarda em relação à legislação federal.

Em nível federal, o licenciamento de estabelecimentos e atividades potencialmente causadores de degradação ambiental está previsto no art. 10 da Lei n.º 6.938/1981 — com redação dada pela Lei n.º 7.804/1989. Tal licenciamento e os respectivos estudos ambientais também estão disciplinados em resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), em especial as de n.º 001/1986 e n.º 237/1997. Com base nas normas citadas e na sua aplicação, julgue o item seguinte.

- 97** Ao estabelecer as competências dos órgãos ambientais nos níveis federal, estadual (incluindo-se o DF) e municipal, a Resolução CONAMA n.º 237/1997 pôs fim às inúmeras controvérsias até então existentes quanto à competência da União, dos estados, do DF e dos municípios para o licenciamento de empreendimentos e atividades que utilizem recursos ambientais, e sejam considerados efetiva ou potencialmente poluidores, ou daqueles que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.

Desde o final da década passada, os recursos hídricos, no Brasil, vêm sendo considerados na unidade do ciclo hidrológico, compreendendo as fases aérea, superficial e subterrânea, tendo a bacia hidrográfica como unidade básica de intervenção. No DF, a Lei n.º 2.725/2001 instituiu a Política de Recursos Hídricos e criou o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do DF. Com base nesse dispositivo legal, julgue os itens subsequentes.

- 98** Os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos devem ser aplicados exclusivamente na bacia hidrográfica em que foram gerados.
- 99** Compete às Agências de Bacia Hidrográfica, no âmbito de sua área de atuação, estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados; aos Comitês de Bacia Hidrográfica compete, também no âmbito de sua área de atuação, efetuar, mediante delegação do poder outorgante, a cobrança pelo uso de recursos hídricos.

Brasília tem uma história pioneira com relação às questões do ambiente ecológico-social, pois, antes mesmo de ser construída, na década de 50 do século passado, a cidade foi objeto de um verdadeiro estudo de impactos ambientais: o Plano Belcher, orientador das bases físicas para o projeto de implantação da capital. Com efeito, Brasília tem sido largamente considerada o símbolo da cidade modernista, cujo charme urbanístico e arquitetônico integra o imaginário nacional como um exemplo de qualidade de vida e qualidade ambiental invejável. No entanto, a pretensão de uma capital imune às profundas contradições da sociedade brasileira revelou-se, na melhor das hipóteses, um discurso profundamente ingênuo ou, o mais provável, uma bem-sucedida manobra demagógica. Brasília, composta pelo Plano Piloto e por cidades-satélites, apresenta-se como uma metrópole segregada, com problemas semelhantes aos de outras cidades brasileiras e latino-americanas.

Paviani e Gouvêa (org.). **Brasília: controvérsias ambientais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003, p. 18 (com adaptações).

Tendo o texto como referência inicial, julgue os itens que se seguem, levando em consideração o histórico e o quadro socioambiental atual da Capital Federal.

100 A despeito de outros graves problemas sociais, Brasília vem apresentando, nos últimos anos, taxas de desemprego total inferiores às de outras grandes metrópoles brasileiras, como Belo Horizonte, Porto Alegre e São Paulo.

101 Apesar de contar com um perfil industrial bastante limitado, constituído principalmente de atividades não-poluentes, e apoiando-se fortemente em atividades administrativas, Brasília sofre de problemas socioambientais, um dos quais é a poluição do Lago Paranoá.

102 O processo de fragmentação do espaço urbano de Brasília está fundamentado na gestão pública conflituosa entre as propriedades pública e privada da terra no DF, o que se revela pela expansão da malha urbana, principalmente, sobre as áreas de proteção ambiental.

Com relação à gestão de resíduos sólidos no DF, julgue o seguinte item.

103 O cidadão que estiver desenvolvendo atividade temporária considerada poluidora não deve ser considerado responsável pelo acondicionamento e destinação dos resíduos produzidos, pois a LODF estabelece que apenas pessoas jurídicas, públicas ou privadas, que exerçam atividades permanentes consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras são responsáveis pela coleta, acondicionamento, tratamento e destinação dos resíduos produzidos.

O zoneamento ambiental é um dos instrumentos da PNMA, nos termos do art. 9.º, inciso II, da Lei n.º 6.938/1981. Com relação a esse assunto, julgue o item seguinte.

104 Apesar de previsto legalmente há quase um quarto de século, o zoneamento ambiental ainda não foi regulamentado pelo Poder Executivo, sendo essa uma das razões pelas quais não é um dos instrumentos mais utilizados no âmbito da Política Nacional do Meio Ambiente.

Com relação ao tema do meio ambiente na LODF, julgue os itens a seguir.

105 Observada a legislação federal, a LODF veda a instalação, no território do DF, de depósitos de resíduos tóxicos ou radioativos de outros estados e países.

106 Segundo a LODF, é proibida, no território do DF, a prática do carvoejamento visando-se à produção de carvão vegetal para fins domésticos e industriais.

Chamamos de sistema ecológico ou ecossistema qualquer unidade que abranja todos os organismos que funcionam em conjunto em uma dada área, interagindo com o ambiente físico de tal forma que um fluxo de energia produza estruturas bióticas claramente definidas e uma ciclagem de materiais entre as partes vivas e não-vivas.

E.P. Odum. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1983 (com adaptações).

Em relação ao texto acima, julgue os itens subseqüentes.

107 Tanto a energia quanto os nutrientes são continuamente reciclados no interior de um ecossistema e, portanto, tendem a ser retidos se não houver perturbação antrópica.

108 Uma vez que, no texto, a definição de ecossistema não faz menção à escala de tamanho, tanto uma pequena lagoa quanto a floresta Atlântica podem ser consideradas, de acordo com a referida definição, exemplos de ecossistemas.

109 O fluxo de energia ao qual se refere o texto corresponde, principalmente, à energia luminosa do sol assimilada pelos organismos fotossintetizadores e que se distribui pelo sistema por meio das teias tróficas.

Julgue os itens seguintes, referentes à formação do conceito de desenvolvimento sustentável.

- 110 Algumas obras tornaram-se polêmicas no debate sobre meio ambiente e desenvolvimento. Entre elas, incluem-se **The Population Bomb**, de Paul Erlich, e **A Primavera Silenciosa**, de Rachel Carson, que defendem pontos de vista considerados neo-malthusianos, pois apontam o crescimento exagerado da população humana como causa do esgotamento dos recursos naturais do planeta.
- 111 A idéia de desenvolvimento sustentável firmou-se a partir da constatação de que os padrões de produção e consumo vigentes na economia mundial não poderiam perdurar por longo prazo, tanto em razão do esgotamento dos recursos naturais quanto do lançamento de produtos tóxicos, lixo e dejetos no ambiente. A elaboração do relatório **Nosso Futuro Comum**, coordenado por Gro Brundtland, desempenhou papel crucial nesse processo.

O manejo florestal compreende um conjunto de técnicas empregadas para a colheita criteriosa de parte das árvores grandes, de tal maneira que as menores sejam protegidas para colheitas futuras. Além dos benefícios comerciais, a prática do manejo florestal garante a conservação de espécies animais e vegetais, e prolonga a vida útil das áreas exploradas, contribuindo, assim, para o equilíbrio do clima regional e global, especialmente em virtude da manutenção do ciclo hidrológico e retenção de carbono.

Manejo florestal. Internet: <<http://www.florestas.am.gov.br>>. Acesso em 28/12/2005 (com adaptações).

Acerca dos temas abordados no texto acima, julgue os itens a seguir.

- 112 A perturbação induzida pelo corte de árvores maiores e a utilização intensiva de pequenas frações da área total em uma floresta manejada constituem ferramentas de manejo capazes de maximizar os níveis de diversidade biológica na área total da floresta.
- 113 O manejo florestal envolve produção, rentabilidade, segurança no trabalho, respeito à legislação, logística de mercado, conservação florestal e serviços ambientais, além de viabilizar a obtenção de produtos florestais em larga escala.

Biodiversidade ou diversidade biológica refere-se à variedade de vida no planeta Terra, incluindo-se a variedade genética dentro de populações e espécies, a variedade de espécies da flora, da fauna, de fungos macroscópicos e de microrganismos, a variedade de funções ecológicas e serviços desempenhados pelos organismos nos ecossistemas e a variedade de comunidades, *habitat* e ecossistemas formados pelos organismos.

Internet: <<http://pt.wikipedia.org>>. Acesso em 4/1/2006 (com adaptações).

Com relação ao tema abordado no texto acima, julgue os itens subsequentes.

- 114 Considere-se que determinada área, com grande número de espécies, tenha sido dividida em parcelas, e a diversidade biológica, nessas parcelas, tenha sido calculada. Considere-se, também, que os resultados mostraram que era grande a similaridade entre as parcelas. Nessas condições, é correto afirmar que a riqueza de espécies é grande, mas a betadiversidade é baixa.
- 115 O conceito de biodiversidade abrange, pelo menos, três níveis de organização da vida no planeta Terra: a fauna, a flora e os microrganismos.
- 116 A biodiversidade tem sido vista, principalmente, como um reservatório de recursos para a produção de alimentos, produtos farmacêuticos e cosméticos. Contudo, seu valor também se estende a uma série de aspectos, como polinização, fertilidade do solo e proteção de mananciais hídricos, controle de erosão e de gases do efeito estufa.
- 117 Embora desejável sob diversos aspectos, o estabelecimento de unidades de conservação é medida pouco eficiente para a conservação da biodiversidade no que se refere à equitabilidade, pois protege poucas espécies ameaçadas e muitas que não estão sob ameaça de extinção.

Julgue os itens a seguir, relativos a princípios da agricultura sustentável.

- 118 A vasta experiência acumulada pela humanidade ao longo de sua história mostra que a irrigação extensiva em regiões semi-áridas, onde a água é um bem relativamente escasso, representa solução técnica que traz benefícios socioeconômicos na forma de geração de empregos e de desenvolvimento da produção agrícola, com custos ambientais muito reduzidos.
- 119 Em sistemas de culturas anuais, a rotação de culturas tem função de reduzir a ocorrência de ervas daninhas, patógenos e insetos-praga.
- 120 A agricultura sustentável preconiza a abolição total do uso de defensivos e fertilizantes agrícolas químicos sintéticos.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova — que vale **dez** pontos —, faça o que se pede, usando o espaço indicado no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado.
- **ATENÇÃO!** Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Após cinco anos de discussão, a Assembléia Legislativa de São Paulo aprovou projeto de lei que prevê a cobrança pelo uso da água no estado. Os recursos arrecadados serão investidos em obras de melhoria da qualidade e de aumento da oferta da água na mesma região de onde veio o dinheiro.

A cobrança já é feita, desde 2003, no bacia do Paraíba do Sul, rio federal, que abrange 180 municípios de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Já foram arrecadados cerca de R\$ 15 milhões, dinheiro usado em campanhas de educação ambiental, tratamento de esgoto e controle da erosão. Para técnicos da Agência Nacional de Águas, a cobrança instituída em São Paulo é necessária para se garantir o uso racional da água e evitarem-se o desperdício e a poluição de rios e lagos.

O valor fixado em lei é de, no máximo, um centavo para cada mil litros de água consumida, mas poderá esse valor ser alterado durante o processo de regulamentação. Há indústrias que usam dezenas de milhares de litros do produto por dia. O consumo médio mensal de uma pessoa é de 5,1 mil litros. O impacto sobre a tarifa final a ser paga pelos consumidores ainda está em estudos. Na região da bacia do rio Paraíba do Sul, o impacto foi pequeno: entre R\$ 0,02 e R\$ 0,03.

Folha de S.Paulo, 15/12/2005, p. C1 (com adaptações).

Considerando o caráter unicamente motivador do texto acima e desconsiderando eventuais desvios em relação às competências atribuídas ao legislador distrital, redija, na condição de consultor legislativo da CLDF, projeto de lei devidamente justificado que contemple a destinação de percentual mínimo dos valores obtidos com a cobrança pelo uso da água para promover atividades de educação ambiental sobre o uso e a conservação de recursos hídricos. Além dos aspectos formais adequados ao tipo de proposição, aborde, necessariamente, na elaboração da justificação, a importância da educação ambiental para modificar pelo menos três fatores que tenham influência direta sobre a quantidade e a qualidade dos recursos hídricos de bacias. O seu texto não deve conter assinatura nem marca identificadora.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	